

## **Ensino de história da música no Brasil: reflexões sobre a perpetuação de cânones e colonialidades na formação e atuação do educador musical**

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: Educação Musical

*Matheus Silva Rocha*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*  
*matheus.doutoradoufmg@gmail.com*

*Helena Lopes da Silva*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*  
*helopes@ufmg.br*

**Resumo:** Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Ensino de História da Música no Brasil: impactos na formação e atuação do educador musical”. O trabalho apresenta reflexões sobre a perpetuação de cânones e colonialidades na formação e atuação do professor de música no Brasil e sua relação com o ensino de História da Música. Procura-se contribuir com estudos curriculares na área musical por meio da identificação de possíveis relações entre a presença e estruturação da disciplina “História da Música” - e similares - nos cursos de Licenciatura em Música de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras e a conservação de valores canônicos e coloniais na formação e atuação de alunos e egressos. O artigo parte da apresentação de problemáticas associadas ao ensino da disciplina, para então estabelecer um panorama acerca de sua presença e disposição nos cursos de licenciatura a partir da análise de dados provenientes de 70 projetos político-pedagógicos e matrizes curriculares. Promove-se uma exposição de pesquisas recentes que dialogam com o tema e, por fim, são levantados questionamentos pertinentes a respeito de conexões entre o ensino de História da Música e a perpetuação de cânones e colonialidades na formação e atuação do educador musical no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino de História da Música, Licenciatura em Música, Formação de Professores de Música, Decolonialidade.

### **Teaching Music History in Brazil: Thoughts on the Perpetuation of Canons and Colonialities in the Education and Performance of the Music Teacher**

**Abstract:** This article is part of an ongoing doctoral research entitled “Teaching Music History in Brazil: Impacts on the Education and Performance of the Music Teacher”. The work presents thoughts on the perpetuation of canons and colonialities in the education and performance of music teachers in Brazil and their relationship with the teaching of Music History. It seeks to contribute to curricular studies in the musical area by identifying possible connections between the presence and structuring of the “History of Music” course - and similar ones - in the Music Education degree programs of Brazilian public Higher Education Institutions (IES) and the conservation of canonical and colonial values in the education and performance of students and graduates. The article starts from the presentation of problems associated with the teaching of the subject, and then establishes an overview of its presence and disposition in the Music Education degree programs, based on the analysis of data from 70 political-pedagogical projects and curriculum matrices. An exhibition of recent research that dialogues with the theme is promoted and, finally, pertinent questions are raised about the connections between the teaching of Music History

and the perpetuation of canons and colonialities in the education and performance of the music teacher in Brazil.

**Keywords:** Teaching Music History, Music Education Degree Program, Music Teacher Training, Decoloniality.

## Introdução

O ensino de História da Música tem atraído crescente interesse por parte de professores e pesquisadores nas últimas décadas, conforme evidenciado pela criação, em 2010, de um periódico internacional dedicado exclusivamente ao tema: o *Journal of Music History Pedagogy*. A disciplina homônima encontra-se presente de forma obrigatória em ao menos um período curricular na maior parte dos cursos de Licenciatura em Música de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras<sup>1</sup>, sendo frequentemente substituída por outra, por vezes semelhante, intitulada História da Música Ocidental.

No Brasil, a percepção da necessidade de reformulação da maior parte daquilo que, na prática, orienta o docente quanto à sua oferta - ementa, conteúdo, metodologias, objetivos, bibliografia, etc. - não é recente, ainda que as discussões sobre o seu ensino tenham sido raras (CASTAGNA, 2019, p.9). As críticas ao ensino de História da Música em território nacional, esparsamente realizadas desde pelo menos a década de 1940 e reunidas apenas recentemente por Castagna, em 2019, são direcionadas ao conteúdo, à bibliografia, à metodologia passiva, e à falta de diálogo com o currículo e com os conhecimentos prévios do aluno, entre outros. Indagações mais recentes, provenientes de trabalhos como os de Castagna (2015, 2019), Queiroz (2020) e Pereira (2014), lidam com a perpetuação de uma diversidade de cânones, colonialidades<sup>2</sup> e *habitus* conservatoriais no currículo dos cursos superiores de música no Brasil. Percebe-se, com base na revisão de literatura, que as problemáticas associadas ao ensino da disciplina História da Música dialogam, por sua própria natureza, com tópicos da Educação Musical e da Musicologia.

---

<sup>1</sup> 70 projetos político-pedagógicos e matrizes curriculares vigentes de cursos de Licenciatura em Música foram analisados neste estudo, dentre os quais 57 (81,4%) apresentam ao menos uma disciplina obrigatória intitulada “História da Música”, “Música Ocidental” ou alguma variante que preserve um ou ambos os termos. 16 dos 57 (28%) apresentam o termo “Ocidental” em seu título. Todos os dados estatísticos deste artigo provêm de análise dos autores de informações disponíveis publicamente no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC): <https://emec.mec.gov.br/>. Consulta realizada no dia 04/11/2021.

<sup>2</sup> Compreendidas aqui como “padrões de poder de longa data que emergiram como resultado do colonialismo” (tradução livre), como apontado por Quijano (2001, apud MALDONADO-TORRES, 2007, p.243).

Este artigo pretende explorar algumas das principais questões levantadas na última década por pesquisadores brasileiros e estrangeiros as quais relacionam-se com o ensino da disciplina História da Música, e propor um diálogo reflexivo entre suas visões críticas acerca da reformulação curricular dos cursos superiores de música do Brasil. Essas reflexões fazem parte de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre o ensino de História da Música no Brasil, e têm como objetivo geral a compreensão dos seus impactos na formação e atuação do educador musical.

A limitação da pesquisa a cursos de Licenciatura em Música de IES públicas pode parecer, a princípio, restritiva ou excludente em relação aos alunos dos cursos de bacharelado, os quais não raramente cursam componentes semelhantes com os mesmos professores, e também aos alunos de instituições privadas<sup>3</sup>. Tal escolha, contudo, parte de considerações relevantes: IES privadas não são obrigadas por lei a disponibilizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos e outros documentos norteadores à sociedade, o que torna o processo de levantamento de informações extremamente complexo, por parte do pesquisador, tendo em vista a quantidade de lacunas virtualmente impossíveis de serem preenchidas. IES públicas, por outro lado, são orientadas pela Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) a disponibilizar as mesmas informações à população, o que torna a fase inicial da pesquisa consideravelmente mais simples, ainda que os dados muitas vezes não estejam devidamente atualizados ou até mesmo dispostos nos sites oficiais das instituições. Deste modo, o direcionamento da pesquisa às IES públicas dá-se, primordialmente, pelas limitações da metodologia utilizada. Em relação à associação entre o ensino da disciplina e a formação e atuação profissional do educador musical no Brasil, ainda que estas últimas sejam preocupações inerentes aos cursos de Licenciatura em Música, os mesmos componentes tendem a ser oferecidos em cursos de bacharelado, e o seu egresso também torna-se, com frequência, professor de música<sup>4</sup>.

Ainda que fundamente-se parcialmente no levantamento e análise de uma relevante quantidade de documentos, este trabalho não considera-os - necessariamente - retratos fiéis da realidade docente em sala de aula, a qual varia de acordo com fatores igualmente mutáveis. Neste sentido, as ementas e os conteúdos programáticos são aqui interpretados como sugestões

---

<sup>3</sup> Dentre as 130 IES analisadas as quais possuem cursos de graduação com a palavra “Música” no título, 118 (90,7%) mantêm programas em plena atividade: 53 privadas e 65 públicas (43 federais, 20 estaduais e 2 municipais). Algumas instituições multicampi - como o IFCE - oferecem mais de um curso de Licenciatura.

<sup>4</sup> O curso de Licenciatura em Música encontra-se presente em aproximadamente 97% das IES públicas analisadas (63/65), enquanto o curso de Bacharelado em Música encontra-se presente em apenas 47,7% (31/65) das instituições.

do que a disciplina pode vir a trabalhar e, talvez mais precisamente, do que os alunos esperam que o professor aborde em sala de aula.

## **Presença e estruturação da disciplina História da Música nos currículos dos cursos de Licenciatura em Música**

Antes de discorrer sobre as diversas problemáticas apontadas por outros autores quanto ao ensino do componente e sua inserção no currículo, o presente artigo tomará a liberdade de apresentar alguns dados. A presença e disposição da disciplina História da Música (e similares ou afins) na matriz curricular dos cursos de Licenciatura em Música em atividade em IES públicas de todo o país são notáveis, ainda que não exista um consenso quanto à sua nomenclatura, carga horária, abordagem e abrangência. Neste estudo, ao refletir sobre a História da Música, são consideradas não apenas uma, mas dezenas de disciplinas as quais lidam com uma ampla gama de conhecimentos associados, dentre elas, as mais comuns por relevante margem, intituladas “História da Música” e “História da Música Ocidental”. Sua estrutura e abordagem tradicional - a narrativa cronológica em uma ou mais disciplinas com destaque à transformação de parte da música de concerto europeia por meio do estudo de eventos históricos, estilos e gêneros musicais, grandes compositores e suas principais obras, e embasada não raramente em traduções de fontes estrangeiras - perpetua-se há mais de um século no Brasil.

De acordo com Castagna (2019),

O conceito de História da Música já era corrente nos jornais paulistas das últimas décadas do século XIX [...] A forma ideológica, simplista e cronológica com a qual esse conteúdo era então tratado, bem como sua visão dependente dos historiadores da música utilizados, são particularidades dessa fase transmitidas ao século XX que deixaram marcas profundas na maneira com a qual lidamos com esse assunto no presente. (CASTAGNA, 2019, p.11)

Com o intuito de explorar as origens e transformações da música brasileira, a qual não costuma ser abordada em profundidade nas disciplinas gerais de História da Música, aproximadamente 77% (54/70) dos cursos de licenciatura analisados oferecem ao menos um componente obrigatório intitulado “História da Música Brasileira”, “História da Música no Brasil”, ou semelhante com termos adicionais: “Popular”, “Erudito”, “Concerto”, etc. Uma pequena parcela propõe recortes ainda mais direcionados à sua realidade local, abordam

músicas de tradições orais ou, em consonância com a Lei 9.394/96<sup>5</sup>, versam sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas<sup>6</sup>.

Uma tendência em lenta, porém perceptível ascensão na matriz curricular dos cursos analisados é a oferta de disciplinas obrigatórias cujos títulos e ementas propõem visões sociais da narrativa histórica<sup>7</sup> ou até mesmo abordagens temáticas não-cronológicas<sup>8</sup>. Este último grupo busca substituir a descrição de fatos, períodos, gêneros, compositores e obras musicais por uma série de debates e discussões crítico-reflexivas, orientadas por tópicos e centradas na valorização de diferenças e diversidades de repertórios não canônicos. Por fim, diversos outros eixos temáticos os quais lidam em maior ou menor grau com conteúdos explorados na disciplina permeiam currículos de todo o país, incluindo história da arte, músicas do mundo, etnomusicologia, apreciação musical, entre outros.

## **Problemáticas em diálogo com o ensino da disciplina História da Música**

A significativa quantidade de disciplinas e abordagens apresentadas na seção anterior evidencia tanto a importância dada, nos últimos anos, à manutenção do conteúdo histórico nos cursos de Licenciatura em Música em IES públicas brasileiras, quanto a inexistência de uma visão nacional unificada para a presença e estruturação do componente no currículo, ainda que seja possível identificar algumas tendências. É prática comum nos cursos analisados, por exemplo, a divisão do conteúdo em dois blocos de disciplinas: um que aborda a música de concerto europeia, primordialmente, e outro - geralmente apresentado após o primeiro - que aborda a música brasileira.

Ao analisar os títulos de quase duas centenas de artigos, mesas redondas, resenhas críticas e relatórios publicados no *Journal of Music History Pedagogy* desde sua primeira edição, em 2010, nota-se que a comunidade acadêmica internacional não se limitou a questionar didáticas tradicionais associadas ao ensino-aprendizagem da disciplina História da Música.

---

<sup>5</sup> Lei No. 9.394/96 (LDB), Artigo 26-A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. § 2º: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (Redação dada pela Lei No. 11.645, de 2008).

<sup>6</sup> Exemplos de disciplinas nos três últimos grupos citados: Música Pernambucana, Música e Cultura Popular do Maranhão, Música Brasileira de Tradição Oral, Músicas de Tradição Oral no Brasil, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Manifestações Culturais Afro-Brasileiras e Indígenas.

<sup>7</sup> Ex: História Social da Música Ocidental, História Social da Música Erudita Brasileira.

<sup>8</sup> Ex: Música, Cultura e Sociedade; Músicas, Histórias e Sociedades.

Diversos autores abordaram de forma exclusiva, naturalmente, metodologias ativas e/ou novas tecnologias digitais com potencial didático, mas também procurou-se enfrentar os discursos canônicos e coloniais em música por meio de ângulos complementares, alguns dos quais abordaremos a seguir.

É importante destacar que os fatores que influenciam o aproveitamento da disciplina por parte dos alunos - e que potencialmente poderão ter relevância em sua formação e atuação profissional - são diversos e complexos e, portanto, não passíveis de análise no presente momento. Quanto às problemáticas vinculadas aos assuntos que este artigo pretende abordar - a presença e estruturação da disciplina História da Música (e similares ou afins) nos cursos de Licenciatura em Música, suas possíveis lacunas, incoerências, e influências na formação e atuação profissional do educador musical no Brasil - várias parecem ter profundas raízes na colonialidade.

Castagna (2015), ao discorrer sobre sua experiência pessoal como professor da disciplina História da Música nos últimos 25 anos, afirma perceber uma

[...] progressiva e acentuada diminuição do interesse e da aplicação do seu conteúdo junto aos estudantes, particularmente aqueles interessados na atuação musical prática, para quem os assuntos em questão vêm se mostrando cada vez mais desconectados de suas atividades pessoais e profissionais na área da Música. (CASTAGNA, 2015, p.148)

Em sua visão, as necessidades atuais dos estudantes, “geralmente múltiplas e diversificadas” (p.148), não são satisfatoriamente atendidas pela disciplina. Algumas das principais problemáticas apontadas pelo autor quanto ao seu estado atual no currículo e em sala de aula dizem respeito à sua nomenclatura, abrangência, abordagem e bibliografia, as quais encontram-se em acentuado conflito com as necessidades discentes. Acredita-se não ser possível, realisticamente, uma disciplina intitulada História da Música fazer jus ao seu ambicioso nome, no sentido de englobar os processos históricos por trás da criação e transformação da música de todas as sociedades ao longo do tempo. Adicionar o termo “Ocidental” ao título não parece contribuir significativamente, como demonstram as ementas analisadas, com a aproximação da disciplina ao rico e diverso repertório latino-americano, mas sim com a reafirmação da ênfase na música europeia de concerto.

Em artigo ainda mais recente, Castagna (2019) embasa-se em uma extensa pesquisa documental para afirmar que a forma “ideológica, simplista e cronológica” com a qual a História da Música era tratada no fim do século XIX deixou “marcas profundas na maneira com

a qual lidamos com esse assunto no presente” (p.11). É possível destacar, dentre essas marcas, o estabelecimento de uma forte e praticamente indissociável ligação curricular entre a História da Música - como disciplina - e o estudo da música europeia de concerto. Entende-se que essa conexão tem o potencial de gerar equívocos na percepção de alunos e docentes quanto à (maior) relevância das músicas, sociedades e culturas estudadas frente às inúmeras outras negligenciadas em sala de aula.

A proposta utópica do título da disciplina História da Música acaba por atender cada vez menos às expectativas discentes, como evidenciado pela diminuição de interesse por parte dos estudantes notada por Castagna (2015, p.148). Não é incomum ver alunos frustrados ao perceber que a História da Música que seus professores preservam e transmitem raramente inclui uma parte representativa da grande diversidade de repertórios que eles de fato escutam, ou mesmo que gostariam de conhecer. Neste sentido, ao ser apresentado a narrativas canônicas, orientadas pela sucessão de grandes compositores europeus e suas obras primas, como esperar que o aluno brasileiro sinta que faz parte da História da Música? É importante salientar que esta limitação geográfica - mas também política, econômica e social - na abrangência da disciplina quanto aos povos e repertórios estudados tem sido percebida e parcialmente remediada em alguns cursos de graduação, seja por meio da inserção de novos conteúdos programáticos ou através da criação de novas disciplinas. A inserção de conteúdos e repertórios estrangeiros não europeus em disciplinas de História da Música as quais mantêm narrativas cronológicas mostra-se, contudo, um persistente desafio acadêmico, ao considerarmos a escassa quantidade de livros didáticos atualizados disponíveis em língua portuguesa que abordam essas sociedades e culturas em paralelo às canônicas.

Ainda em crítica ao título da disciplina, Castagna (2015) analisa que

[...] a História da Música, tal como normalmente praticada, não é predominantemente uma história, mas sim uma apreciação do repertório musical histórico, na qual se discorre mais sobre as particularidades das obras e dos compositores, do que sobre os aspectos propriamente históricos que levaram à produção de tais repertórios. (CASTAGNA, 2015, p.150)

A apreciação do repertório musical, conforme mencionada pelo autor, figura como prática comum na maior parte dos componentes aqui analisados, independentemente do seu eixo ou perspectiva. É experiência tão consolidada no currículo que figura como disciplina própria, intitulada “Apreciação Musical”, na matriz curricular obrigatória de aproximadamente 11,4% (8/70) dos cursos analisados.

Ainda que a escuta seja naturalmente valorizada nas disciplinas de História da Música como uma forma de exemplificar as transformações em timbre, instrumentação e estilo musical ao longo do tempo, não fica claro nos projetos político-pedagógicos dos cursos analisados o quanto sua abordagem é, de fato, diversificada e criativa. Ao trabalhar diretamente com repertórios associados às mais distintas localidades e funções sociais, a disciplina tem o potencial não apenas de ampliar de forma significativa, mas também de reconhecer e empoderar as escutas próprias dos alunos, advindas de suas práticas musicais extra-acadêmicas.

De acordo com Lopes da Silva e Vasconcelos Barbosa (2017),

[...] o desenvolvimento de uma escuta musical criativa deveria ser um ponto central na formação de professores de música uma vez que na escola deveriam proporcionar aos seus alunos experiências de interação com as diferentes manifestações musicais, ampliando repertórios de maneira participativa. (LOPES DA SILVA; VASCONCELOS BARBOSA, 2017, p.14)

Nesta perspectiva, ao entender que a escuta “deve ser legitimada como atividade de ensino e aprendizagem musical na aula de música” (LOPES DA SILVA, 2021, p.230) a escuta criativa teria o potencial de estreitar vínculos entre alunos e a disciplina História da Música por meio da valorização das diferentes práticas musicais discentes frente às tradicionais abordagens metodológicas de apreciação do repertório.

Ao discorrer sobre a perpetuação de heranças coloniais no ensino superior em música no Brasil, Queiroz (2020) afirma que desde a década de 1930 as universidades brasileiras copiam não apenas o repertório europeu, mas “também os materiais e as formas de ensinar tal música” (p.167). Enquanto o autor considera a importância do estudo da música de concerto europeia nos cursos de graduação, ele também questiona e critica a supervalorização das epistemologias eurocêntricas frente a outras diversas. Segundo Queiroz (2020), a música e o ensino de música cultuado pela elite desde o período colonial e institucionalizado durante o Império “não assumiu no Brasil compromissos concretos de transformação social” (p.173). O autor expõe a necessidade de reformulações curriculares seguindo orientações decoloniais e entende que, para nos afastarmos do pensamento colonial, “as respostas que precisamos devem ser construídas na e com a sociedade brasileira” (p.175). Embora suas indagações e propostas não sejam direcionadas à disciplina História da Música, especificamente, mas ao currículo como um todo, ainda assim, é possível identificar claros vínculos entre os conteúdos tradicionalmente associados à disciplina em destaque e a perpetuação de colonialidades nos cursos de graduação em música.

Queiroz (2020) questiona:



Qual o sentido de se manter nas universidades do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste, por exemplo, cursos fundamentalmente pautados nos repertórios europeus, com poucas exceções, enquanto centenas de comunidades urbanas, quilombolas, rurais e indígenas estão ao redor dessas universidades fazendo a sua música e enfrentando os seus problemas, sem qualquer diálogo com o mundo da música que se ensina nessas instituições? (QUEIROZ, 2020, p.178-179)

Esta posição, contudo, não implica o entendimento de que os repertórios locais mencionados são completamente excluídos de todos os cursos de graduação em música do país<sup>9</sup>, mas sim a percepção de que, de forma geral, as universidades parecem estar mais preocupadas em perpetuar tradições europeias do que em dialogar com a sociedade a respeito de suas práticas musicais e das demandas do músico brasileiro no século XXI.

Ao analisar quatro documentos curriculares de cursos de Licenciatura em Música de IES brasileiras a partir da noção de *habitus conservatorial*, Pereira (2014), aponta que

O *habitus conservatorial* faz com que a música erudita figure como conhecimento legítimo e como parâmetro de estruturação das disciplinas e de hierarquização dos capitais culturais em disputa. Neste caso, a História da Música se refere à história da música erudita ocidental. (PEREIRA, 2014, p. 95)

Em seu entendimento, inúmeras características ainda presentes no ensino de música nas universidades brasileiras advêm de práticas remanescentes de instituições conservatoriais. O autor reconhece a existência de “um confronto entre as práticas musicais do cotidiano e as práticas musicais da universidade” (p.101), o qual encontra-se firmemente associado a este *habitus*. Dentre as características do modelo conservatorial que podem ser identificadas como constituintes históricas do ensino superior de música no Brasil, conforme listadas por Pereira (2014), podemos destacar a ideia da “música erudita ocidental como conhecimento oficial; a supremacia absoluta da música notada - abstração musical” (p.93).

É importante ressaltar que a abordagem docente para com a disciplina História da Música pode variar consideravelmente de acordo com uma diversidade de fatores: objetivos, bibliografia, metodologias, interdisciplinaridade, entre outros. Entende-se, portanto, que nem todos os componentes assim intitulados lidam de forma exclusiva com conteúdos, abordagens e metodologias tradicionais. Acredita-se, contudo, que as reflexões mais profundas a respeito de sua reestruturação no currículo tendem a gerar sugestões de novas disciplinas, ao invés da

---

<sup>9</sup> O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena encontra-se presente na forma de uma disciplina específica e obrigatória no currículo de ao menos cinco cursos de Licenciatura em Música em atividade no Brasil.

manutenção das existentes com pontuais acréscimos de novos repertórios, o que pode ser justificado pela série de questões associadas ao título da disciplina abordadas anteriormente e desenvolvidas por Castagna (2015). Madrid (2017, p.126) defende que a inclusão de novos repertórios Ibero-Americanos no currículo ou no cânone musical pouco contribui com a mudança na situação crítica enfrentada pela academia e pelas humanidades [quanto à perpetuação de cânones, nesse caso, associados ao ensino de música], pois dá-se de forma superficial com o intuito de preencher cotas, ao invés de considerar seriamente o que o contato com uma diversidade de vivências e experiências de outras culturas pode trazer às estruturas musicais que a academia tomou como certas por décadas.

### **Ensino de História da Música e a formação do educador musical: reflexões e questões norteadoras**

Uma série de questionamentos podem ser levantados a partir do diálogo entre os temas apresentados - ensino de História da Música, reforma curricular, colonialidade, escuta criativa e *habitus conservatorial* - e a formação e atuação profissional do educador musical no Brasil. Partindo do pressuposto de que a estruturação e o ensino da disciplina História da Música (e similares) nos cursos de graduação em Música podem contribuir com a perpetuação de cânones e colonialidades na formação e atuação profissional dos alunos, questiona-se:

- Qual a relação entre a proposta da disciplina (nomenclatura, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia e bibliografia) e a perpetuação de cânones e colonialidades na formação e atuação profissional do educador musical no Brasil?
- O que podemos aprender com instituições que adotam abordagens não tradicionais de ensino de História da Música?
- A reformulação e reestruturação das disciplinas que lidam direta ou indiretamente com a História da Música podem contribuir com a descolonização dos cursos superiores de música no Brasil? Em que sentido?
- Qual a relevância da disciplina História da Música (e similares ou afins) na formação do educador musical?
- Em que sentido a disciplina História da Música pode contribuir para a construção do perfil do egresso do curso de Licenciatura em Música?
- Qual a relação entre a proposta da disciplina e a prática de ensino da sala de aula?

Esta pesquisa em andamento parte do entendimento de que o perfil do educador musical brasileiro do século XXI necessita diferir substancialmente daquele vinculado ao músico performático de formação conservatorial do século XX, ainda amplamente sustentado em nosso país por meio de cânones e colonialidades. A disciplina História da Música - ao permear diretamente o currículo de aproximadamente 81% (57/70) dos cursos de licenciatura analisados, assim como a maior parte dos outros 19% (13/70) de forma indireta - tem o potencial de expandir escutas, romper cânones, questionar colonialidades, legitimar culturas, ampliar repertórios, suscitar debates, e gerar reflexões transformadoras a respeito da música que apreciamos ou deixamos de apreciar, dentro e fora da universidade.

Entendendo a diversidade como um dos “pilares-chave necessários para assegurarmos a relevância e o rigor do currículo da graduação em música” (CAMPBELL; MYERS; SARATH, 2014, p.iii, em tradução livre), procura-se, com as questões levantadas, contribuir com as relevantes pesquisas nacionais voltadas à reformulação curricular dos cursos de música a partir de perspectivas decoloniais. De forma mais específica, busca-se promover a ampliação dos ainda escassos debates interinstitucionais em território nacional a respeito do ensino da disciplina História da Música com o intuito de identificar e analisar seus impactos na formação e atuação profissional do educador musical no Brasil.

Paralelamente à revisão bibliográfica sobre o tema e análise de projetos pedagógicos e matrizes curriculares de 70 cursos de Licenciatura em Música de IES públicas do Brasil, pretende-se, ainda, realizar entrevistas semiestruturadas com docentes vinculados ao ensino de História da Música e egressos de instituições das cinco regiões do país. As entrevistas neste estudo servirão como ferramenta de compreensão do papel da disciplina na formação e atuação de educadores musicais, contribuindo também com as reflexões acerca do ensino do componente em cursos superiores de Música. Concluímos apontando a necessidade de ampliação do debate em território nacional a respeito do ensino de História da Música no Brasil, em especial nos cursos de Licenciatura em Música, considerando o perfil do educador musical brasileiro. Sugerimos, ainda, que as futuras discussões considerem não apenas as abundantes publicações norte-americanas sobre o ensino da disciplina, mas especialmente as brasileiras e latino-americanas sobre o currículo dos cursos superiores de música, a colonialidade, e temas vinculados à Educação Musical, em razão de sua maior proximidade com a nossa realidade acadêmica e cultural.

## Referências

BRASIL. CADASTRO NACIONAL DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (E-MEC). Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 10 jun. 2022.

CAMPBELL, Patricia Shehan; MYERS, David; SARATH, Ed. Transforming Music Study from Its Foundations: A Manifesto for Progressive Change in the Undergraduate Preparation of Music Majors, 2016. Disponível em <https://www.music.org/pdf/pubs/tfumm/TFUMM.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CASTAGNA, Paulo. Dificuldades, reflexões e possibilidades no ensino da História da Música no Brasil do nosso tempo. *Arteriais; Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará*, Belém, ano 1, n.1, 2015, p.147-157.

CASTAGNA, Paulo. Raízes da crise no ensino de História da Música: o caso de São Paulo. In: VERMES, Mônica; HOLLER, Marcos (Orgs.). *Perspectivas para o ensino e pesquisa em História da Música na contemporaneidade*. São Paulo: ANPPOM, 2019, p.9-58.

LOPES DA SILVA, Helena. Escutar para criar e/ou criar para escutar: provocações para a aula de música dos anos finais do ensino fundamental. *Orfeu*, Florianópolis, v.6, n.2, p.213-234, 2021.

LOPES DA SILVA, Helena; VASCONCELOS BARBOSA, Rogério. Escuta (cria)tiva: Propostas para o desenvolvimento da escuta musical na educação básica. *Foro de Educación*, Salamanca, v.15, n.22, p.1-15, 2017.

MADRID, Alejandro L. Diversity, Tokenism, Non-Canonical Musics, and the Crisis of the Humanities in U.S. Academia. *Journal of Music History Pedagogy*, vol.7, no.2, p. 124–130, 2017.

MALDONADO-TORRES. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept, *Cultural Studies* 21, nos.2–3, 2007.

PEREIRA, Marcus V. M. Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo. *REVISTA DA ABEM*, Londrina, v.22, n.32, p.90-103, 2014.

QUEIROZ, Luiz R. Até quando Brasil? Perspectivas decoloniais para (re)pensar o ensino superior em música. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, v.1, n.10, 2020.



QUIJANO, Aníbal. Globalización, colonialidad y democracia'. In *Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia*, ed. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos 'Pedro Gual', Caracas, p. 25-61, 2001.

